

## “Minha palavra é meu penhor”<sup>1</sup>: a teoria dos atos de fala e a relação entre linguagem e referência

STEFANIA MONTES HENRIQUES

**Resumo:** J. L. Austin é considerado como um dos expoentes da Filosofia da Linguagem Ordinária, também conhecida como Escola de Oxford. Em *Quando dizer é fazer*, Austin defende a tese que ao proferir determinadas palavras realizamos ações. Assim, o autor define, em um primeiro momento, a distinção entre performativos e constataivos, entretanto, em determinado momento de sua teoria, Austin percebe que essa distinção não se sustenta ao ser submetida a alguns testes. A partir dessa constatação, o autor divide os atos de fala em três atos distintos: o ato locucionário, ilocucionário e perlocucionário, que podem acontecer concomitantemente sem que um seja subordinado ao outro. O objetivo desse artigo é, portanto, evidenciar o momento de tensão e conseqüente reelaboração teórica dos atos de fala, dando ênfase às noções de linguagem e de referência, estabelecendo uma comparação dessas noções com àquelas anteriormente definidas por Gottlob Frege.

**Palavras-chave:** filosofia da linguagem – atos de fala – J. L. Austin

### 1. Introdução

O objetivo desse trabalho é a problematização da noção de referência no desenvolvimento da lingüística, levando em consideração as marcas deixadas pela teorização fregueana no desenvolvimento das Ciências da Linguagem, especificamente na Pragmática. Dessa forma, o ponto principal que nos propomos a tratar é a teoria dos Atos de Fala de J. L. Austin (1990), evidenciando a mudança de paradigma efetuada por esse autor nos estudos sobre a linguagem e o lugar que é dado à referência em sua teorização. Para tal, nosso trabalho será dividido em quatro partes: i. o primeiro momento da teoria dos atos de fala (performativo/constatativo); ii. evidenciar os momentos de tensão, e conseqüente reelaboração teórica; iii. explicar o segundo momento dessa teoria (atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários); iv. fazer algumas considerações acerca da noção de referência e linguagem, discutindo até que ponto Austin se distancia/aproxima das elaborações de G. Frege.

Antes de iniciarmos nosso trabalho faz-se necessário contextualizar o pensamento de J. L. Austin (1990). A Filosofia Analítica da Linguagem desenvolve-se com os trabalhos conjuntos de Gottlob Frege (1978), Bertrand Russell (1905) e Ludwig Witt-

---

<sup>1</sup> AUSTIN, J.L., 1990.

genstein (1921), considerados como responsáveis pela reorientação da filosofia. Essa mudança de paradigma marcou significativamente a tradição filosófica devido ao fato de que a atenção da filosofia direciona-se para questões essencialmente lingüísticas, como, por exemplo, a relação entre a referência e a linguagem ou ainda a natureza do significado, e, por tal motivo foi denominada de *linguistic turn* (virada lingüística):

A partir deste momento, a nossa capacidade de expressar linguisticamente o ser ou o conhecimento do ser é colocada em questão. A pergunta fundamental a que os filósofos analíticos tentam responder não é mais sobre a natureza do ser ou do conhecimento, mas sobre a natureza da linguagem através da qual falamos sobre o ser e o conhecimento. (MARGUTTI, 2002, p. 126).

Assim, a Filosofia Analítica da Linguagem divide-se em duas vertentes: o Positivismo Lógico e a Escola de Oxford. A primeira vertente parte da prerrogativa de que os problemas filosóficos são, em sua essência, problemas de linguagem oriundos das imperfeições e ambiguidades da linguagem comum, e que, conseqüentemente, há a necessidade de criação de uma língua perfeita, livre de ambigüidades, para a constituição do discurso científico. Em contrapartida, a Escola de Oxford defende a utilização da linguagem comum como solução para os problemas filosóficos. Essas duas vertentes utilizam-se do mesmo método analítico que consiste na decomposição de expressões complexas em expressões simples. Entretanto o fazem de maneira distinta, já que o positivismo lógico decompõe uma expressão complexa, através dos recursos da lógica em várias expressões simples. Já a filosofia da linguagem ordinária utiliza-se dos recursos da própria linguagem para a decomposição de expressões complexas em expressões simples.

J. L. Austin é considerado como um dos expoentes da mencionada Filosofia da Linguagem Ordinária – também conhecida como Escola de Oxford – com a sua teorização sobre os atos de fala. Nas conferências apresentadas na Universidade de Harvard em 1955 – e agrupadas no livro *Quando dizer é fazer* (1990)– Austin utiliza-se de exemplos claros a fim de tornar a reflexão mais concreta, aproximando-a da experiência cotidiana de um falante – ao contrário do que o positivismo lógico pretendia com as análises formais da língua.

É, portanto, a complexidade das expressões da linguagem comum e cotidiana que justifica o estudo da mesma, não só para fins de resolução dos problemas filosóficos, mas também pelo próprio estudo da linguagem e de seu funcionamento. Segundo esse autor, da união e cooperação entre as pesquisas de filósofos analíticos, gramáticos e linguistas emergiria uma nova e verdadeira ciência da linguagem:

Na história da investigação humana – escreve Austin – a filosofia ocupa o lugar do sol inicial, central, seminal e tumultuoso; de tempos em tempos abandona uma parte de si próprio a fim de que assuma o estágio de ciência, como planeta, frio e perfeitamente regularizado, progredindo rapidamente para um distante estágio final. Isso aconteceu há

muito tempo, no nascimento da matemática, e repetiu-se quando nasceu a física; no último século testemunhamos o mesmo processo lentamente e de modo quase imperceptível, no nascimento da lógica matemática, através dos esforços conjuntos de filósofos, gramáticos e outros estudiosos da linguagem, de uma verdadeira e compreensiva ciência da linguagem? (AUSTIN, 1980, p. 14)<sup>2</sup>

É com esse projeto de uma nova ciência da linguagem que Austin inicia suas considerações sobre a natureza de determinados verbos e a função que lhes é atribuída nos atos de fala. Durante o desenvolvimento de sua teorização percebemos que as circunstâncias de proferimento das sentenças e os indivíduos envolvidos nesses proferimentos contribuem para uma noção de referência interligada ao contexto, e, ainda, que há momentos de tensão na elaboração dessa teoria que tem como consequência sua reorientação.

## **2. *Performativos x Constatativos***

Na primeira conferência proferida em Harvard, Austin (1990) afirma que o foco de sua atenção será um assunto já bastante difundido e, por tal motivo, óbvio. Entretanto, ainda não haveria autores que tivessem se dedicado à sua explanação. Segundo o autor, durante muito tempo, os filósofos acreditaram que uma sentença declarativa teria como única função o ato de “descrever” um objeto ou estado de coisas, o que poderia ser feito de forma verdadeira ou falsa. Esse tipo de concepção remete à abordagem utilizada pelo positivismo lógico e exclui, de certa maneira, os demais usos de sentenças declarativas – não menos importantes – tais como, perguntas e exclamações, ordens e pedidos, dentre outros.

De início apareceu, nem sempre formulada sem deplorável dogmatismo, a concepção segundo a qual toda declaração (factual) deveria ser “verificável”, o que levou à concepção de que muitas “declarações” são apenas o que poderia chamar de pseudo-declarações (AUSTIN, *ibidem*, p. 22)

Havia inicialmente, portanto, uma necessidade de se constatar ou negar fatos por intermédio de declarações, ou seja, verificar se aquilo que era declarado condizia ou não com determinado estado de coisas. Entretanto, verificou-se que algumas sentenças, apesar de não possuírem referência, possuíam sentido, daí serem posteriormente nomeadas como “pseudo-declarações”. Ora, semelhante situação ocorreu com Goltob Frege(1978) no artigo “Sobre o sentido e a referência” ao perceber que certas sentenças apesar de possuírem uma estrutura gramatical correta não possuíam referentes, não eram verificáveis. Segundo Austin(1990), a ocorrência de sentenças desse tipo le-

---

<sup>2</sup> Não tivemos acesso direto à essa citação e sim pela coletânea *Os Pensadores*.

vou os filósofos a admitirem a existência de algumas dessas sentenças e, posteriormente, a considerarem que muitas delas, apesar de estarem gramaticalmente construídas, não serviam para declarar nem constatar estados de coisas.

Dessa forma, Austin inicia as considerações sobre os proferimentos performativos, explicitando que não se trata de um caso no qual há falta de sentido da sentença, mas sim casos nos quais as sentenças nada relatam, nem podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas e que ainda contenham um dos aspectos mais relevantes na sua categorização: no momento em que são proferidas realizam uma ação. Exemplos de proferimentos performativos seriam: “Aceito”, “Batizo”, “Prometo”, dentre outros. É perceptível que, ao proferir esses verbos, não fazemos constatações acerca de objetos ou situações, e sim realizamos uma ação, que só é de fato realizada no momento em que dizemos tais palavras.

Assim, é estabelecida, em um primeiro momento, a distinção entre constativos (constatativos) e performativos. Os primeiros seriam sentenças de forma A é B, ou seja sentenças declarativas e constatações acerca de objetos ou estados de coisas. Já os performativos seriam, como foi mencionado, sentenças que, ao serem proferidas, realizam uma ação. Dessa maneira, ao dizer “Prometo que irei à sua casa amanhã”, estou, no momento do proferimento, comprometendo-me a efetuar uma ação, a saber, ir à sua casa amanhã. Podemos citar como outra característica diferenciadora dessas duas classes de proferimentos o fato de que as sentenças declarativas podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas, enquanto que as sentenças performativas são felizes ou infelizes.

Chegamos a um dos pontos cruciais da teorização de Austin, a saber, as noções de felicidade e infelicidade. Para uma melhor compreensão das mesmas é válido fazer algumas considerações sobre a forma como os critérios de felicidade de um proferimento performativo foram estabelecidos:

Genericamente falando, é sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, apropriadas; frequentemente, é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações “físicas” ou “mentais”, ou o mesmo o proferimento de algumas palavras adicionais (AUSTIN, *ibidem*, p. 26) [grifos do autor].

A partir dessa constatação, Austin estabelece os critérios aos quais todo proferimento performativo deve enquadrar-se para que seja considerado um proferimento feliz, ou seja, concretizado de maneira completa e correta:

- (A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso que
- (A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem que ser executado, por todos os participantes, de modo correto, e

(B. 2) completo.

(Γ. 1) Nos casos em que, como ocorre com freqüência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns participantes, então, aquele que participa do procedimento, e o invoca, deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

(Γ. 2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subseqüentemente. (AUSTIN, *ibidem*, pg. 31)

Segundo Austin, há grande distinção entre os critérios – o que é assinalado com o uso de letras latinas em contraposição à letra grega – e, conseqüentemente faz com que os tipos de infelicidades ocasionadas pela transgressão dos mesmos sejam, também, de natureza distinta. Assim, caso as regras do tipo A e B sejam violadas, o ato performativo não se conclui, ou seja, se as palavras que usamos não são adequadas ou as pessoas envolvidas no ato não ocupam as posições exigidas. Dessa forma, se alguém que já é casado profere a palavra “aceito” em um novo casamento, ele não efetua o ato de casar-se. Em contrapartida, caso as regras de tipo Γ não sejam respeitadas, o proferimento performativo não deixa de ocorrer, entretanto, possui falhas. Um bom exemplo desse tipo de infelicidade seria quando, ao proferir “Prometo que irei à sua casa amanhã” eu esteja sendo insincero e, na realidade, não tenha a intenção de fazer uma visita amanhã. Assim, as infelicidades de tipo A e B são denominadas por Austin de desacertos (más invocações), enquanto que as infelicidades de tipo Γ são chamadas de abusos (más execuções). Austin propõe um esquema para classificação dessas categorias, entretanto, não o explicitaremos aqui devido à sua falta de relevância para o objetivo de nosso trabalho.

Cabe explicitar, porém, que o autor aplica esses tipos de infelicidades não só aos atos verbais, mas também a todo e qualquer ato cerimonial concluindo que há mais tipos de felicidades do que anteriormente supunha e, por fim, que as diferentes categorias podem combinar-se, ou seja, pode haver dois tipos de infelicidade acontecendo concomitantemente.

### ***3. Momento de Tensão: como diferenciar performativos de constatativos?***

Nesse tópico, daremos especial ênfase às dificuldades encontradas por Austin no estabelecimento da distinção performativo/constatativo. Partilhamos da concepção de que esses momentos de tensão na teoria de Austin, fazem parte do próprio processo de elaboração da mesma. Pois bem, o primeiro momento aparente de tensão, encontra-se na conferência V na qual Austin pretende estabelecer os critérios possíveis para re-

conhecimento dos performativos devido à constatação de que as declarações possuem uma dimensão performativa, e vice-versa:

Por haver sugerido que os performativos não são assim tão obviamente distintos dos constatativos – os primeiros felizes ou infelizes, os segundos verdadeiros ou falsos – passamos a considerar como definir mais claramente os performativos. A primeira sugestão foi a de se encontrar um critério ou critérios gramaticais, ou de vocabulário, ou uma combinação de ambos. Destacamos o fato de que certamente não há nenhum critério absoluto desse tipo; e de que muito provavelmente não seria viável sequer fazer uma lista de todos os critérios possíveis. Além disso, tais critérios não serviriam para distinguir os performativos dos constatativos, uma vez que é muito comum que a mesma sentença seja usada, em diferentes ocasiões de proferimento, das duas formas, como performativo ou como constatativo (AUSTIN, 1990, p. 66).

É perceptível que as características, antes explicitadas como caracterizadoras da distinção entre performativos/constatativos, confundem-se, fazendo com que, em consequência, essa dicotomia seja inadequada. Isso se dá na medida em que, ao proferir um constatativo, eu realizo uma ação que pode ser bem-sucedida ou mal-sucedida: ao dizer, por exemplo, “Eu declaro que a lixeira é azul” estou realizando a ação de declarar algo sobre um determinado estado de coisas. Quanto à dimensão constatativa dos proferimentos performativos, podemos afirmar que os mesmos mantêm uma ligação com os fatos no mundo. Ora, ao proferir de maneira insincera “Prometo que irei à sua casa amanhã” e, realmente, não ir à sua casa, meu proferimento será infeliz não só pela minha insinceridade, mas, também, falso, por não ser condizente com os fatos. Disso decorre a constatação de que, em alguns casos a felicidade de um proferimento decorre da veracidade de uma declaração.

Após essas constatações, Austin empreende o projeto de elaboração de uma lista de verbos performativos (tanto explícitos quanto implícitos). Entretanto, é perceptível outro momento de tensão teórica, na medida em que o autor ainda sente dificuldades de estabelecimento dos critérios de reconhecimento desses performativos, tendo em vista os motivos supracitados. É a partir desse momento, que Austin percebe a necessidade de uma reorientação em sua elaboração. Segundo Marcondes (2006), Austin

propõe, portanto, que sua concepção do uso da linguagem como uma forma de agir seja estendida para toda a linguagem, considerando o ato de fala como a unidade básica da significação e, tomando-o, por sua vez, como constituído por três dimensões integradas ou articuladas: respectivamente os atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário. (MARCONDES, 2006, p. 224). [grifos do autor]

#### 4. Mudança de Perspectiva:

##### *Atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários*

Segundo Austin (1990), há a necessidade de se considerar em quais momentos dizer algo é fazer algo. Esse é o ponto de partida para a determinação dos três tipos de atos: locucionário, ilocucionário e perlocucionário, que podem ocorrer concomitantemente no proferimento de sentenças. Deter-nos-emos em cada um deles, evidenciando suas particularidades e seus componentes.

O ato locucionário consistiria no ato de se proferir certos ruídos, identificáveis como palavras e sentenças pertencentes à uma determinada língua, em conformidade com uma gramática e, ainda, com um sentido e uma referência. O ato locucionário poderia, portanto, ser dividido em três atos: o fonético, fático e rético. O ato fonético consistiria na simples emissão de um ruído (*phone*); o ato fático seria aquele que diz respeito ao proferimento de determinados ruídos que pertencem à uma língua e estão em conformidade com uma gramática (*pheme*); e, por fim, o ato rético, que é o ato de fala no qual proferimos determinadas palavras com um sentido e uma referência determinada. O que devemos ressaltar é o fato de que Austin insere de uma maneira mais sistemática as noções de sentido e referência, entretanto, apesar de se utilizar da distinção proposta por Frege, parece-nos que há um pequeno deslocamento na abordagem empreendida. Essa questão será tratada mais detalhadamente no próximo tópico.

O ato ilocucionário, por sua vez, é o ato realizado ao se proferir uma determinada sentença (ou seja, um ato locucionário). É composto pela classe dos proferimentos performativos e, dessa forma, toma para si a característica essencial dos mesmos: é o ato pelo qual realizamos uma ação. É nesse ponto que Austin diferencia força ilocucionária de significado, sendo que a primeira é convencional e faz com que um proferimento realize uma ação (dimensão performativa), enquanto que o segundo seria o sentido e a referência da sentença. Um aspecto importante sobre esse tipo de ato é que algumas vezes o verbo performativo está implícito: “Meu cão morde” sendo utilizado como um aviso ao meu interlocutor, ou seja, a força ilocucionária não é diminuída devido ao uso do verbo performativo implícito.

E, por fim, o ato perlocucionário. Segundo o autor, há momentos em que ao dizer algo, esperamos que, com isso, um determinado efeito seja produzido em nosso interlocutor. Esse efeito pode ser um pensamento, sensação ou sentimento. Para ilustrar esse tipo de ato, utilizaremos o seguinte exemplo: suponhamos que eu tenha matado uma pessoa e esteja sob julgamento. Na hora do meu depoimento, com a intenção de ser absolvida, eu digo a frase “João me convenceu a matar Maria”. É óbvio que o “uso” da expressão “me convenceu” ocorreu com o objetivo de culpar João pela morte de Maria, e, conseqüentemente diminuir minha pena. É perceptível que o ato ilocucionário tem forte relação com o subjetivo, já que o locutor tem uma intenção de produzir uma reação no interlocutor ao dizer determinadas palavras.

Esses três tipos de atos se relacionam na medida em que podem acontecer simultaneamente, sem que um seja dependente do outro. Dessa forma, ao proferir “Avi-

so que meu cão é bravo” eu realizo os três atos de fala, já que estou proferindo sentenças de uma determinada língua e, com sentido e referência (locucionário); estou realizando a ação de avisar meu interlocutor (ilocucionário) e, por fim, ao dizer essa sentença tenho a intenção de deixá-lo atento ao fato de que meu cão é bravo (perlocucionário).

Ainda no que diz respeito aos atos de fala, é importante ressaltar a necessidade de distinção entre os atos ilocucionários e perlocucionários. Dessa forma, é necessária a distinção entre ao dizer e por dizer. Como foi dito anteriormente, os atos ilocucionários caracterizam-se pela realização de uma ação no ato de proferimento e pela sua natureza essencialmente convencional. Por tal motivo, para que sejam consolidados, têm que obedecer certas regras – sendo que estas podem estar implícitas ou explícitas<sup>2</sup>.

Em contrapartida, se os atos perlocucionários não são convencionais, não posso afirmar, com base em uma convenção, que o indivíduo *x* tinha a intenção de me convencer a fazer algo. Além disso, essa última classe de atos é caracterizada pelo fato de que o ato produz conseqüências no ouvinte, que podem, ou não, estar de acordo com a intenção do falante.

## 5. Conclusão

Como foi dito anteriormente, um dos objetivos de nosso trabalho era investigar a noção de referência na teoria dos atos de fala de J. L. Austin e perceber em quais aspectos essa abordagem se distancia e também se aproxima das elaborações de Gottlob Frege. Para cumprirmos com o nosso objetivo, presente no item iv e indicado na introdução, é necessária uma breve explicação dos pontos que serão abordados. Em primeiro lugar, temos que G. Frege, precursor da Filosofia Analítica da Linguagem, estabelece, entre sentido e referência, uma relação que propõe uma ligação estreita entre a linguagem e o mundo, na medida em que um nome próprio ou sinal refere-se a um objeto no mundo. Desse ponto de vista, o ato de “referir”, para Frege, pressupõe a existência de um objeto empiricamente perceptível. Entretanto, há casos em que os nomes próprios têm sentido mas não tem referência, como no exemplo “a estrela mais distante do sol”. Como já foi dito anteriormente, Austin explicita que o caso das pseudo-declarações” era conhecido dos positivistas lógicos, e que os mesmos aceitavam um número determinado de declarações desse tipo. Dessa forma, a medida tomada por Frege consiste em aceitar a existência de nomes próprios ou sentenças que não possuem referência, alegando que, em tais circunstâncias, não se deve perguntar pela verdade ou falsidade, tendo em vista que o estado de coisas declarado é ausente.

---

<sup>2</sup> Em um contexto informal, por exemplo, uma conversa entre amigos, as convenções estão implícitas, mas, no momento em que são transgredidas, ficam evidentes. Já em um contexto formal – em um julgamento – as regras convencionadas estão explícitas a todo momento: somente o juiz pode dar o veredicto, por exemplo.

Pois bem, ao estabelecer as condições para performativos felizes, Austin afirma que as circunstâncias e pessoas envolvidas no proferimento dos performativos devem ser adequadas para tal, caso contrário o proferimento não acontecerá. Podemos afirmar que, ao falar principalmente de circunstâncias, Austin remete-se à questão da referência como fator determinante da execução do proferimento. Dessa forma, há uma aproximação com a teoria fregueana, na medida em que a referência exerce papel fundamental e, além disso, evidencia-se a relação entre a linguagem e o mundo.

Entretanto, podemos afirmar que há um deslocamento na noção de referência utilizada por Austin daquela outrora definida por Frege. Assim, se para Frege a referência é o objeto sensorialmente perceptível, que mantém uma relação fundamental com a classe dos nomes próprios e das sentenças para a determinação do significado, para Austin, o mesmo não se dá: a referência, para esse autor, constitui tanto objetos, quanto circunstâncias e períodos de tempo, o que implica em um caráter mais abrangente e convencional<sup>3</sup> da referência. Talvez possamos defender que a referência em Austin esteja interligada ao contexto do proferimento, ou seja, a toda e qualquer circunstância e manifestação convencional.

Se formos ainda mais longe, é perceptível uma alteração fundamental na noção de linguagem defendida por J. L. Austin. Sabe-se que no Positivismo Lógico havia a preocupação com a relação entre linguagem e pensamento – devido, por exemplo, ao objetivo de Frege de construção de uma máquina que reproduzisse a competência de um falante –; em contrapartida, na Escola de Oxford, não se percebe a necessidade de construção de máquinas ou linguagens perfeitas, e sim, de entender a linguagem como instrumento de construção e ação no mundo, percebendo seu funcionamento e a maneira com que incide e modifica a realidade. Seria, portanto, pela linguagem, que o mundo seria moldado, função mais pertinente e importante do que a de representar o pensamento e a realidade.

*Stefania Montes Henriques* é acadêmica do curso de Letras da Universidade Federal de Uberlândia. e-mail: temontess@gmail.com

## **6. Referências Bibliográficas**

AUSTIN, J. L. Quando dizer é fazer – palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

\_\_\_\_\_. Coleção Os Pensadores Ryle/Strawson/Austin/Quine. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

---

<sup>3</sup> O termo “convencional” deve ser entendido em nosso trabalho como o fruto de um acordo estabelecido em sociedade.

MARCONDES, D. A teoria dos atos de fala como concepção pragmática da linguagem. In: Revista de Filosofia Unisinos. São Leopoldo, 2006, p. 217-230. Disponível em: [http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/pdfs\\_filosofia/vol7n3/art01\\_marcondes.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_filosofia/vol7n3/art01_marcondes.pdf)>

MARGUTTI, P. R. O método analítico em filosofia, in: BRITO, E. F. de. & CHIANG, L. H. (orgs.). Filosofia e Método. São Paulo, 2002, v. 15, p. 125-145.